

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

4 abr 2017 | O Globo

Recuo de Maduro precisa abrir espaço para diálogo

Por ordem de Nicolás Maduro, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) voltou atrás em sua intervenção na Assembleia Nacional da Venezuela, devolvendo aos parlamentares o poder de legislar. A medida representa um raro momento em que o presidente venezuelano recua diante de uma ampla onda de repúdio contra o que foi um golpe contra a Constituição e a transformação do regime bolivariano de inspiração chavista numa ditadura plena.

De fato, a ação do Poder Judiciário, eliminando a voz do Congresso, onde a oposição tem maioria, provocou reações, desde protestos nas ruas à convocação de embaixadores de países vizinhos e a condenação por parte de governos e organismos multilaterais, como a OEA e o Mercosul. Até mesmo a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega, considerada próxima ao governo, denunciou a intervenção como uma "ruptura da ordem constitucional".

Em geral, Maduro sempre ignorou tais reações, mas, desta vez, após convocar o Conselho de Segurança Nacional, determinou que Maikel Moreno, presidente do TSJ, voltasse atrás na decisão de assumir as prerrogativas do Legislativo e suspender a imunidade dos deputados. Ao anunciar a revogação, Moreno disse que a medida do Tribunal não visava a "minar" a estabilidade institucional do país. Maduro, por sua vez, declarou a "controvérsia superada".

O TSJ e outras instâncias jurídicas foram aparelhados por aliados do regime. Com o Judiciário como aliado, além de barrar as iniciativas da Assembleia Nacional consideradas hostis ao Executivo, o presidente venezuelano praticamente vem governando por decreto, desde que perdeu a maioria no Parlamento, nas eleições de 2015.

O recuo de Moreno por ordem de Maduro é mais um sinal da falta de independência do Judiciário. Além disso, o TSJ transferiu do Legislativo para o Executivo a prerrogativa de firmar contratos de joint-venture no setor petrolífero com parceiros internacionais. Com isso, Maduro não precisará mais do aval do Congresso para fechar esses tipos de contratos e obter a injeção de recursos de que desesperadamente precisa.

Entre os venezuelanos, porém, permanece a desconfiança. Mesmo porque a situação de degradação social continua dramática, com escassez de produtos de primeira necessidade, racionamento de água e luz, alta criminalidade e uma crise econômica marcada por hiperinflação. "A grave situação que vivemos na Venezuela continua a mesma", criticou Henrique Capriles, um dos líderes da oposição.

Se o recuo de Maduro foi um alívio, a medida ainda está longe de representar um caminho de abertura política. O regime continua atuando de forma opressora e, para restituir a confiança interna e externa, será preciso dar continuidade neste processo, por meio da retomada de diálogo com a oposição, a libertação dos presos políticos e a convocação de eleições.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)